



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Processo nº 0403420-20.2024.8.04.0001

Procedimento Comum Cível

Requerente: -----

Requerido: Banco ----- S/A e outros

SENTENÇA

RELATÓRIO:

Em exame ação Procedimento Comum Cível, ajuizada por -----
contra Banco ----- S/A, ----- Ltda e -----
----- Ltda, todos já qualificados nos autos.

Em síntese, a parte autora informou que, de 07/10/2022 a 08/11/2023, foram lançados alguns débitos denominados de: (a) "-----", (b) -----
-----" e (c) "-----", sendo completamente desconhecida sua origem e contratação. Afirma não ter recebido qualquer informação e que, após o crédito, os requeridos promoveram vários descontos em sua conta com a mesma descrição. Por esta razão, pugnou pela devolução em dobro dos valores descontados de sua conta corrente, a declaração de ilegalidade das cobranças, a determinação de que o banco requerido se abstenha de cobrar novamente e indenização por danos morais.

CONTESTAÇÃO da ----- LTDA., na qual a parte alegou, preliminarmente, a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. No mérito, em síntese, defendeu que a autora se associou à requerida, bem com sustenta impossibilidade de devolução dos valores, a litigância de má-fé e a inexistência da comprovação de dano moral ou material.

RÉPLICA, a fls. 228/235

DECISÃO SANEADORA

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ,
São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

CONTESTAÇÃO do Banco ----- S/A na qual a parte alegou,
em preliminar,

sua ilegitimidade passiva "*ad causam*". No mérito, em síntese, defendeu a ausência de ato ilícito, a necessária aplicação do princípio da mitigação do próprio prejuízo, a inexistência de indenização por danos morais e a inexistência de reparação por danos materiais.

Após, vieram-me os autos conclusos para sentença.

É o relatório.

Decido.

FUNDAMENTAÇÃO

A causa comporta julgamento. Não há, no caso, necessidade da produção de provas diversas daquelas constantes dos autos, o que autoriza o julgamento antecipado dos pedidos, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Nesse prisma, os autos apresentam farta prova documental, sendo despicienda a produção de outros tipos de provas, razão pela qual indefiro o pedido produção de prova pericial.

PRELIMINARES

Da inaplicabilidade do código de defesa do consumidor – Vínculo associativo

Alega a SEGUNDA requerida que não há relação consumerista no caso dos autos, razão pela qual requer a aplicação exclusivamente do Código Civil.

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ,
São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Entendo que não merece prosperar a preliminar, isso porque, na hipótese é

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

notório que a parte requerida possui superioridade técnica em relação a parte autora, visto que o autor é pessoa física com pouca capacidade financeira frente à requerida associação, havendo, pois, vulnerabilidade econômica, técnica e jurídica, sendo portanto aplicável o Código de Defesa ao Consumidor ao caso dos autos.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS – DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO VERTENTE – ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS QUE OFERECE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE CONCESSÃO DE CRÉDITO NO MERCADO MEDIANTE REMUNERAÇÃO – ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL – PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE – ART. 27 DO CDC – DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – FILIAÇÃO AO SINDICATO DEVIDAMENTE COMPROVADA PELO REQUERIDO – AUTORA, QUE, POR SUA VEZ, ALTEROU A SUA ARGUMENTAÇÃO INICIAL PARA IMPUGNAR QUESTÕES FORMAIS DA FILIAÇÃO E ALEGAR EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO – TESE NÃO ACATADA – RÉU QUE CUMPRIU SEU ÔNUS À LUZ DO ART. 373, INCISO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES – DESCONTOS REALIZADOS APÓS A DESFILIAÇÃO – RESSARCIMENTO DEVIDO – IMPOSSIBILIDADE DE SE DETERMINAR A REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO - ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ (EARESP 676.608/RS) – MODULAÇÃO DOS EFEITOS



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

DA DECISÃO – INCIDÊNCIA DESTE ENTENDIMENTO PARA AS
COBRANÇAS A PARTIR DE 30/03/2021 – INAPLICABILIDADE AO CASO

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

VERTENTE – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DANOS MORAIS –
DESCONTOS INDEVIDOS QUE, POR SI SÓ, SÃO INCAPAZES DE
CONFIGURAR O DEVER DE INDENIZAR – MANUTENÇÃO DA
DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - RECURSO DE
APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO - RECURSO ADESIVO
CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 9ª C. Cível - 0003050-
83.2019.8.16.0119 - Nova Esperança - Rel.:
DESEMBARGADOR DOMINGOS JOSÉ PERFETTO - J. 10.07.2021) (TJ-
PR APL: 00030508320198160119 Nova Esperança
0003050-83.2019.8.16.0119 (Acórdão), Relator: Domingos José
Perfetto, Data de Julgamento: 10/07/2021, 9ª Câmara Cível, Data de
Publicação: 13/07/2021)

Sendo assim, AFASTO a PRELIMINAR.

ILEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA -----

----- - MERO MEIO DE PAGAMENTO

A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo requerido BANCO -----

----- S/A deve ser acolhida.

Analizando as provas coligidas ao processo, verifica-se que os serviços do
requerido, no que diz respeito aos fatos vivenciados pela parte autora, restringem-se ao meio
de pagamento do serviço.

Assim, **verifica-se que o banco não teve qualquer ingerência sobre os
fatos narrados na petição inicial, pois o pagamento se deu por desconto realizado na
conta corrente da parte autora, não tendo o Banco ----- qualquer
responsabilidade sobre eventuais vícios na contratação.**

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ,
São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

Neste sentido, denota-se que a parte autora apenas utilizou os serviços do requerido BANCO ----- S/A como meio de pagamento, sendo totalmente estranho aos fatos que deram ensejo ao ajuizamento da presente ação. **Portanto, de rigor o**

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

RECONHECIMENTO da sua ILEGITIMIDADE para compor o polo passivo da presente ação.

Corroborando o exposto, veja o seguinte julgado da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Amazonas:

Processo: 073XXXX-64.2022.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível Recorrente Ades : Previsul Seguradora. Recorrente : Banco ----- S.A.. Recorrido : Maria das Graças Viana Barreto. Relator: Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior.

Revisor: Revisor do processo Não informado Ementa: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS Materiais (repetição de indébito) e mORAIS. descontos indevidos em conta corrente do consumidor, relativos a contrato de SEGURO PRESTAMISTA ?rmado com terceiro (PREVISUL s.a). RÉ estranha à relação contratual, sendo responsável apenas pelo recebimento do crédito e repasse ao verdadeiro credor. descontos realizados mediante lastro contratual. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM do -----, SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE DEVE SER integralmente reformada. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Busca a parte autora a repetição dobrada do indébito e os danos morais decorrentes de descontos que entende indevidos, oriundos de seguro prestamista SABEMI, que alega desconhecer.2. A Requerida, em sede de

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

contestação, argumenta ser parte ilegítima para compor o polo passivo da demanda, pois o pagamento se deu por boleto emitido em nome de PREVISUL S/A, não tendo o Banco ----- qualquer responsabilidade sobre eventuais vícios na contratação. A despeito disso, o Juízo de 1º grau julgou procedente a demanda, motivo de

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

irresignação do Réu. 3. Para o Recorrente, a sentença deve ser reformada por entender que a Instituição Financeira não é responsável direta pelos descontos, no que tem razão. **4. Colho dos fólhos que os descontos foram realizados pelo Banco ----- sob a rubrica "Previsul S/A", que sequer integra a lide, cabendo à Requerida atuar como mero agente recuperador do crédito na operação, visando apenas à cobrança do título emitido pela verdadeira contratante. Com isso, o Banco ----- -- de fato não mantém qualquer relação contratual com a parte autora** . Logo, não participou da cadeia de consumo cuja relação jurídica limita-se entre a parte autora e a seguradora, a qual por certo detém as informações alusivas à cobrança ora contestada, não podendo ser responsabilizada por eventuais falhas na prestação do serviço. 5. O que se observa, é que o banco apenas realiza a compensação de um débito anteriormente autorizado. Há entendimento das Turmas Recursais neste sentido: RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS NÃO AUTORIZADOS EM CONTA CORRENTE. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO FACE A ILEGITIMIDADE PASSIVA DO RÉU. DESCONTOS EFETUADOS POR EMPRESA QUE NÃO COMPÕE O POLO PASSIVO DA PRESENTE LIDE.



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO ----- S/A.
RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Conheço do recurso eis que presentes seus pressupostos de admissibilidade. A presente ação aborda tema exaustivamente analisado por esta corte, por meio de milhares de ações idênticas ou semelhantes, nas quais não se verifica a existência de especificidade que justifique o julgamento com sustentação oral. Saliento ainda que a discussão em tela é objeto de jurisprudência pacífica deste colegiado. In casu, o indeferimento do pedido de

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

sustentação oral não importa em cerceamento de defesa, uma vez que o presente processo será analisado integralmente por todos os magistrados que compõe esta Turma Recursal, os quais, como já dito acima, estão bem familiarizados com os fatos trazidos a julgamento. Nesse sentido: PETIÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REQUERIMENTO DE RETIRADA DO AMBIENTE VIRTUAL: RESOLUÇÃO STF N. 642/2019. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO REQUERENTE: INDEFERIMENTO.[...] No julgamento em ambiente virtual, a decisão agravada, o voto do relator e as demais peças processuais podem ser visualizados pelos ministros, a propiciar uma ampla análise do processo. Na espécie em exame, a decisão agravada harmoniza-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal. Não se tem, portanto, excepcionalidade a justificar o julgamento presencial do presente agravo regimental. Pelo exposto, indefiro o requerimento de julgamento presencial deste recurso. (Ag.Reg. no Recurso Extraordinário com agravo 1.244.436 MG, Rel. Min. Cármen Lúcia, 20.02.20.) Por tais razões, indefiro o pedido de sustentação oral, passando o julgamento a ser realizado na modalidade virtual. O feito não pode prosperar em face do recorrido Banco -----



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

-, porquanto parte ilegítima. Os débitos alegados como desconhecidos são originados da "CHUBB SEGUROS", empresa distinta da recorrida. Vale salientar que o pagamento impugnado se deu como débito automático, necessitando de alguma ação do correntista para que o pagamento seja processado, uma vez que necessita o uso de senha pessoal para inclusão. Ademais, exigir da empresa recorrida, nessa circunstância, "contraprova", significaria forçá-la a produzir suporte negativo, uma vez que esta não detém o cadastro da empresa supracitada, logo, não pode ser responsabilizada a demonstrar a origem da relação obrigacional. O que se observa, é que o banco

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

apenas realiza a compensação de um débito anteriormente autorizado. Vale dizer, deve o autor demandar, para fins de reparação dos danos sofridos, contra quem lhe revendeu o produto contratado, ou sendo o caso de possível fraude na contratação, contra a empresa prestadora do serviço. Por todo o exposto, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, FIXADOS EM 20% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. EXIGIBILIDADE DA COBRANÇA SUSPensa ANTE A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. (Relator (a): Marcelo Manuel da Costa Vieira; Comarca: Fórum de Parintins; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 14/10/2022; Data de registro: 14/10/2022) RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS POR SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ART 46



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

DA LEI 9.099/95. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO EM RAZÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 98, § 3º DO CPC. (Relator (a): Luiz Pires de Carvalho Neto; Comarca: N/A; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 07/10/2022; Data de registro: 07/10/2022) 4. Diante da evidente ilegitimidade passiva da Recorrente, há de ser integralmente reformada a sentença de 1º Grau, motivo porque reconheço a ilegitimidade passiva da corré -----
---- S/A. para a causa, estando ausente uma das condições da condição da ação, julgando-se, em consequência, extinta a demanda, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inc. IV, do

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

CPC/15. VOTO: Pelas razões expostas, voto no sentido de CONHECER E PROVER O RECURSO, reformando-se integralmente a sentença de 1º. Sem custas e honorários sucumbenciais, eis que somente devidos pelo Recorrente integralmente vencido. É como voto. . DECISÃO: "A C Ó R D ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM.

Juizes componentes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juizes presentes à sessão. Manaus, 2 de maio de 2023". Grifeio.

Desta forma, uma vez que o banco requerido não participou da cadeia de consumo, em que a relação jurídica limita-se entre a parte autora e a seguradora responsável pelos descontos, que por certo deve deter as informações referentes à cobrança objeto da lide, não podendo o banco requerido ser responsabilizado, visto que, apenas realiza a compensação de um débito anteriormente autorizado, **de rigor o reconhecimento da sua ilegitimidade passiva.**

Não havendo outras preliminares a serem apreciadas, passo ao exame do

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

mérito.

Primeiramente, é importante salientar que a relação jurídica estabelecida entre as partes é caracterizada como de consumo, sujeita ao regramento estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor.

Da aplicação dos ditames do CDC decorre a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços em relação aos danos causados ao consumidor por defeito relativo à prestação de serviços, tal como está consignado em seu artigo 14, caput:

O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Cinge-se a questão em verificar a responsabilidade da instituição financeira pelos danos causados a parte autora, em virtude de falha na prestação do serviço, ante aos descontos realizados em seu extrato. Consta, o extrato de pagamento da parte autora, comprovando os descontos relacionados a serviços questionados na exordial.

Por outro lado, analisando-se as provas, tem-se que **o réu não logrou êxito em comprovar a legitimidade da cobrança da contribuição objeto da lide, especialmente por meio de contrato específico subscrito pela autora, autorizando especificamente os descontos mensais supracitados.**

Assim, o cancelamento dos referidos serviços, bem como o ressarcimento pelos danos materiais, é a medida que se impõe.

Além disso, uma vez que o requerido prestou ao consumidor serviços sem solicitação prévia, sem prévia contratação, estes configuram prática abusiva, conforme artigo 39, III do CDC:

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ,
São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

[...]

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.

Portanto, comprovado os descontos indevidos, a autora faz jus à repetição de indébito em dobro. Isso porque deve-se entender que, diante da inexistência de contrato específico ou de qualquer outro ato de autorização da parte autora, a cobrança pelo serviço importa em evidente má-fé da requerida, haja vista que sabe que cobra por algo não contratado.

Nesse sentido transcrevo o seguinte julgado:

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – ASSOCIAÇÃO – Autora que pretende o reconhecimento da inexistência dos débitos descritos na petição inicial, condenando-se a ré à devolução dos valores descontados, em dobro, e ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15.000,00 - Sentença de parcial procedência – Apela a autora – Controvérsia recursal que se cinge à ocorrência de danos morais e sua quantificação, bem como restituição em dobro dos valores pagos a maior – Ofensa moral caracterizada - Arbitramento da indenização em R\$ 5.000,00 que se mostra adequada, considerada a extensão da lesão suportada pelo demandante e jurisprudência desta Colenda 10ª Câmara de Direito Privado – **Devolução dos valores debitados que deve ocorrer em dobro – Descontos procedidos sem lastro em contrato – Hipótese prevista no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor configurada, aplicável por equiparação por força do art. 29 do CDC** – Exiguidade dos honorários advocatícios arbitrados na sentença,



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

em 10% do valor da causa, devendo ser arbitrados em R\$ 2.000,00, observados o art. 85, § 8º do CPC, a serem custeados exclusivamente pela ré – Sentença mantida nos demais pontos – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Grifei.

(TJ-SP - Apelação Cível: 1005383-02.2023.8.26.0077 Birigüi, Relator: Angela Moreno Pacheco de Rezende Lopes, Data de Julgamento: 22/11/2023, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/11/2023).

Por fim, no tocante ao pedido indenizatório, os fatos referentes à realização de descontos indevidos no benefício da autora, à ausência de informações e à falta de transparência, no caso, são aptos a ensejar a reprimenda pedagógica.

Comarca de Manaus
Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Dessa forma, constato ter havido violação aos atributos de personalidade da postulante, a qual se viu em situação de flagrante impotência, enredada que foi pelos descontos unilaterais e abusivos, circunstância que a afligiu por delongado período.

Resolvo arbitrar os DANOS MORAIS em DOIS MIL REAIS, quantia esta que reputo suficiente a recompor a psique da postulante, assim como suficiente a dissuadir o banco a novas práticas deste jaez.

DISPOSITIVO

A teor do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos autorais, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para:

CONCEDENDO o pedido de tutela de urgência pleiteada na inicial, a fim de **DETERMINAR** que a parte requerida **CESSE a cobrança do desconto sob nomenclatura** (a) "-----", (b) "-----" e (c) "-----";

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcelos, 6º Andar - 4ª UPJ, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5085, Manaus-AM - E-mail: 12civel@tjam.jus.br



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO**

CONDENAR a parte requerida ao pagamento que será apurado em liquidação de sentença incidindo-se juros de mora pela taxa legal (SELIC menos IPCA), a partir da citação e correção monetária oficial (IPCA), a contar de cada desconto indevido (Súmula nº 43 do STJ); e

CONDENAR os requeridos ao pagamento R\$2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, incidindo-se juros de mora pela taxa legal (SELIC menos IPCA), a partir da citação e correção monetária oficial (IPCA), a partir desta decisão (arbitramento), na forma como preceituado na Súmula 362, do STJ.

Apliquem-se índices e parâmetros de atualização da Resolução nº 07/2019 do TJAM.

Condeno a parte vencida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º

Comarca de Manaus

Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

do CPC.

P.R.I.C.

Manaus/AM, Data da assinatura digital.

**MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES
JUIZ DE DIREITO**